

CONSERVAÇÃO, ELEIÇÃO E PROJETAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO EM PRAÇAS HISTÓRICAS DO RIO GRANDE DO SUL

ADRIANA ECKERT MIRANDA, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE,
RIO GRANDE DO SUL, BRASIL

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Doutora em Planejamento Urbano e Regional. Professora do Departamento de Design e Expressão Gráfica da Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1498-4309>

E-mail: adriana.eckert@ufrgs.br

DOI

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v18i36p127-152>

RECEBIDO

18/08/2023

APROVADO

28/11/2023

CONSERVAÇÃO, ELEIÇÃO E PROJETAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO EM PRAÇAS HISTÓRICAS DO RIO GRANDE DO SUL

ADRIANA ECKERT MIRANDA

RESUMO

Os processos de requalificação de praças em centros históricos tombados enfrentam dificuldades diversas para o encaminhamento de suas ações. Dentre essas ações se encontram, necessariamente, a tomada de decisão sobre a conservação, eleição e/ou a projeção de mobiliário urbano. Isso porque, para além do valor histórico, esse tipo de espaço público detém características intrínsecas à cidade e região a que pertence, tais como aspectos de identidade, memória e cultura. Este trabalho sobre as iniciativas de conservação, eleição e projeção de mobiliário urbano parte da discussão de autores que tratam do objeto mobiliário urbano e sua inserção em centros históricos. A discussão é ampliada nas Cartas Patrimoniais, que abordam espaços públicos históricos e a inclusão de mobiliário urbano como patrimônio cultural. A seguir, são analisados casos de duas praças históricas em perímetros tombados no Rio Grande do Sul que passaram por requalificação, bem como a definição do seu mobiliário urbano a partir de diferentes abordagens do problema. Assim, esses casos contribuíram com diferentes resultados. Verificamos, pela discussão e análise de casos, que é fundamental uma pesquisa bibliográfica e documental que embase a elaboração de diretrizes tanto para as permanências (conservação) quanto para as novas inserções do mobiliário urbano (eleição e projeção).

PALAVRAS-CHAVE

Mobiliário urbano. Cidades históricas. Praças.

CONSERVATION, SELECTION AND DESIGN OF URBAN FURNITURE IN HISTORIC SQUARES IN RIO GRANDE DO SUL

ADRIANA ECKERT MIRANDA

ABSTRACT

The requalification processes of squares in historic centers face several difficulties for the routing of their actions. Among these actions are, necessarily, the decision-making on the conservation, election and/or design of street furniture. This is because, in addition to historical value, this type of public space has characteristics intrinsic to the city and region to which it belongs, such as aspects of identity, memory and culture. This work starts from the discussion of conservation initiatives, election and design of street furniture through authors who deal with the street furniture object and those are inserted in historic centers. The discussion is expanded through the Heritage Charters that address historical public spaces and the inclusion of street furniture as cultural heritage. Next, we analyze cases of two historic squares in listed perimeters in Rio Grande do Sul that proceeded with the requalification and definition of their street furniture from different approaches to the problem. Thus, these cases contributed to different results. We found that through the discussion and analysis of cases that, in the project actions, is fundamental to bibliographic and documentary research that support the development of guidelines for both the continuity (conservation) and the new insertions of street furniture (election and design).

KEYWORDS

Street furniture. Historical cities. Squares.

1 INTRODUÇÃO

As praças históricas no Brasil são o reflexo da evolução urbana de suas cidades e palco de eventos que pertencem à memória da população e seu cotidiano. Na grande maioria dos casos, estão inseridas em centros históricos tombados onde se encontram as edificações tradicionais com projeção local, regional e nacional e que se relacionam com as características históricas e econômicas do município.

Diferentemente das edificações, que são objeto foco das ações de tombamento, as praças de cidades médias e pequenas não recebem o mesmo tratamento, e as iniciativas de requalificação são motivo de discussões muito amplas no âmbito das municipalidades, justamente pela lacuna de diretrizes projetuais específicas ou de legislação para esses espaços públicos.

Dentre os elementos inseridos em praças históricas está o mobiliário urbano, que é elemento próprio da cidade e de seus espaços públicos, podendo ser objeto artístico ou parte dos serviços públicos que são providos pela municipalidade. Assim, consideramos que a presença do mobiliário urbano em praças históricas contribui para a compreensão do próprio espaço ao longo do tempo: das atividades tradicionais que ali se desenvolvem; da memória e da identidade local.

Este trabalho envolve justamente a discussão sobre o mobiliário urbano em projetos de requalificação de praças históricas e os conceitos

de patrimônio que se relacionam diretamente com as decisões a serem tomadas em projetos de requalificação tais como: conservação, eleição e a projeção de mobiliário.

Esta discussão se justifica no momento em que não existem diretrizes de tombamento para o mobiliário urbano nos mesmos moldes da arquitetura, se fazendo necessário refletir sobre os conceitos que devem envolver as ações sobre esses elementos urbanos. Assim, a seguir, refletimos sobre os conceitos relacionados e comentamos dois casos de requalificação de praças históricas de cidades turísticas do estado brasileiro do Rio Grande do Sul que adotaram diferentes abordagens para o problema: a Praça Dr. Alcides Marques, em Jaguarão, e Praça Garibaldi, em Antônio Prado.

Aprofundando-se na discussão dos conceitos e analisando os exemplos comentados, resulta que as decisões de conservação, eleição e projeção de mobiliário devem ser embasadas firmemente por estudos de documentação e levantamentos do local, e que qualquer iniciativa relacionada aos espaços e seu mobiliário sejam conhecidas, sugeridas e apoiadas pela população.

2 A CONSERVAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO E AS QUESTÕES DE PATRIMÔNIO

O termo “conservação” e as suas diretrizes foram definidos na *Carta de Burra*, que esclarece também outros, como “preservação”, “restauração” e “reconstrução”. O conceito de conservação abrange todos os processos que envolvem os cuidados de um lugar de modo a reter seu significado cultural, sendo o objetivo fundamental da conservação preservar a significação cultural de um bem, implicando em ações que garantam a sua segurança e manutenção, assim como iniciativas que prevejam a sua futura destinação. A conservação pode, conforme as circunstâncias, abranger os processos de: retenção ou reintrodução de um uso; retenção de associações e de significados; manutenção; preservação; restauro; reconstrução; adaptação e interpretação. É normal, na realidade, abranger uma combinação de mais de um desses processos (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 2013).

Nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (Iphae), as praças são consideradas integrantes

dos chamados conjuntos urbanos, conjuntos arquitetônicos ou jardins históricos. Como parte da paisagem urbana, as praças históricas não possuem diretrizes de tombamento específicas para suas características espaciais ou mesmo seus elementos internos, como o mobiliário urbano. Exceções a esse caso são os monumentos que, quando se destacam por seu valor artístico, encontram-se nos Livros do Tombo sob o termo “edificação”.

O Comitê Internacional de Jardins e Sítios Históricos do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (International Council on Monuments and Sites – Icomos), na intenção da proteção de jardins históricos, elaboraram a *Carta de Florença*, em 1981. Nela, definem o jardim histórico como “uma composição arquitetônica ou de horticultura de interesse do público sob o ponto de vista histórico ou artístico. Como tal, deve ser considerado um monumento” (INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES, 1982, tradução nossa).¹ A Carta inclui – além da topografia, da vegetação e a água – os elementos estruturais e decorativos como participantes da composição arquitetônica dos jardins históricos. Portanto, distingue o mobiliário urbano como elemento a ser conservado.

No Art. 10, a *Carta de Florença* destaca que qualquer ação de manutenção, conservação, restauração ou reconstituição do todo ou de suas partes deverá considerar todos os seus elementos simultaneamente e, no seu Art. 13, estabelece que os elementos de arquitetura, de escultura ou decoração, sejam fixos ou mesmo móveis, não devem ser retirados ou deslocados, a não ser que a sua conservação ou restauração o exijam (CURY, 2000). Esses artigos estabelecem que, no espaço de uma praça, cada um de seus elementos formaria uma unidade, tal qual uma obra de arte. Contudo, não se pode esquecer que, como espaços públicos, o que se apresenta na realidade das praças históricas é a existência de diferentes estratos históricos que podem vir a fragmentar uma unidade espacial pretendida. Soma-se a isso os elementos inseridos sem critério que podem tornar a praça um lugar ilegível e sem harmonia (LAGUNES, 2012).

Como reflexo da *Carta de Florença*, em 2010 foi lançada a *Carta dos Jardins Históricos Brasileiros*. Esse lançamento ocorreu em Juiz de Fora, no primeiro Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos organizado

1. No original: *...an architectural and horticultural composition of interest to the public from the historical or artistic point of view. As such, it is to be considered as a monument.*

pelo Iphan, pela Fundação Museu Mariano Procópio (Mapro) e pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Apesar de o texto da *Carta* basear-se na definição de jardim histórico da *Carta de Florença*, a ênfase da conservação é claramente focada na paisagem natural, sem menção aos elementos que compõem a paisagem, como é o caso do mobiliário urbano. Somente no item “Conservação e manutenção” desse documento é que se coloca como recomendação que a confecção de mobiliário urbano seja adequada às características de cada jardim, sem esclarecer como isso seria alcançado (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010).

No documento *Normatização de cidades históricas* o Iphan propõe a elaboração de normas para a preservação de áreas urbanas tombadas por meio da pré-setorização do sítio (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010c, grifo nosso):

- De condicionantes históricos: elementos que historicamente adquiriram significado para a conformação e identidade urbana daquele espaço, desde a sua fundação até os dias atuais.
- Da topografia e condicionantes naturais: presença de elementos naturais decisivos para a implantação da cidade e a influência na estruturação e desenvolvimento.
- Dos referenciais urbanos históricos e atuais: são os espaços de referência para a região, como igrejas, prédios públicos, **praças**, largos, vias de acesso e comunicação, espaços simbólicos etc.
- Da caracterização da arquitetura e concentração de bens de interesse: percepção se o conjunto é formado por edificações com características semelhantes, ou se apresenta área diferenciada, como a predominância de arquitetura colonial, área de acervo eclético, áreas industriais etc.
- Das tendências atuais de uso, pressão por adensamento e alterações: identificação de áreas mais sujeitas à pressão, identificadas por observação e/ou entrevistas e previstas no Plano Diretor, que requerem atenção especial do Iphan.

Nesse documento, as praças são percebidas como “referenciais urbanos históricos e atuais”. Quando passam a integrar processos de tombamento, são espaços urbanos que pertencem a perímetros urbanos históricos e, portanto, fariam parte dos denominados “conjuntos urbanos” ou ainda “conjuntos arquitetônicos”.

Ao contrário dos edifícios tombados, as praças históricas, ao integrar esses conjuntos não possuem diretrizes de preservação análogas. Nos projetos de requalificação de praças históricas no Brasil observa-se desde a preservação quase que integral do traçado da praça e mobiliário urbano até uma sensível remodelação do traçado original e a completa renovação do mobiliário urbano, muitas vezes sem o embasamento que justifiquem essas iniciativas.

Na realidade, isso envolve o desconhecimento do local (inclusive tradições locais) bem como a falta de critérios para análise das fases históricas. Ao mesmo tempo, conforme Lagunes (2012), pode haver insuficientes informações sobre a evolução do lugar promovendo a prejudicial eleição de elementos de mobiliário urbano tipo “antigo” ao longo dos anos. Esse tipo de eleição muitas vezes se verifica como consequência dos pontos anteriores.

A conservação do mobiliário urbano, portanto, deve ter critérios claramente organizados, pois, se a remoção for considerada excepcional, pode estabelecer um espaço público como um cemitério de objetos obsoletos, que impacta não só no uso desses elementos como também do espaço em si. Para além do caráter funcional que justificaria a sua permanência, os critérios seriam o valor histórico, o valor como registro da memória (documentação), a coerência com os demais objetos do lugar e o resultado paisagístico (LAGUNES, 2012).

Exemplos muito recorrentes em praças históricas, principalmente em cidades pequenas e médias, são os marcos comemorativos de entidades variadas que são instalados ao longo dos anos e pontuam os espaços com discutível pertinência, dado que a cada período (de anos) é instalado um novo elemento para marcar a existência da entidade na sociedade local.²

Se observarmos os elementos de mobiliário urbano em livros tomo e também aqueles que fazem parte em processos de tombamento, vemos que são elencados como itens de “equipamento urbano e infraestrutura”, dentre os quais são arroladas também caixas d’água, pontes, usinas, estradas e açudes. No entanto, os monumentos internos às praças são considerados edificações. Ao mesmo tempo, ao analisarmos todos esses itens separadamente em livros tomo no âmbito nacional e estadual do Rio Grande do Sul, verificamos que, além dos chafarizes e das bicas d’água, não foram encontrados outros tipos de

2. Exemplos desses marcos são aqueles instalados por sociedades benemerentes, como Lions Clubs International e Rotary International.

mobiliário urbano. Isso impõe a reflexão sobre a existência e sobre a diversidade de mobiliário urbano que poderia vir a ser tutelada em praças históricas, considerando seus atributos artísticos, históricos e de memória local.

Essa lacuna impacta na degradação e no desaparecimento dos elementos de mobiliário que, como já comentamos, são pouco valorizados em relação aos bens edificados em centros históricos. Silva e Nogueira (2012) acrescentam, inclusive, que o Estatuto da Cidade não contempla nenhuma questão sobre o assunto, e a gestão do mobiliário urbano tem sido deixada a cargo das prefeituras, que, por vezes, não possuem estrutura funcional ou mesmo recursos para avaliações de requalificação.

3 A ELEIÇÃO OU A PROJETAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO

Como comentamos, diferente do patrimônio edificado, o mobiliário urbano não é valorizado em áreas históricas. Aquele mobiliário urbano reconhecidamente tradicional ou que tem valor de memória no espaço de praças são conservados por terem esses atributos estritamente reconhecidos na sociedade a que pertencem, relativos à sua funcionalidade permanente ou devido à sensibilidade dos entes municipais. São poucos os elementos que são reconhecidos por órgãos de patrimônio.

Ao mesmo tempo, a eleição ou a projeção de mobiliário urbano novo em projetos de praças também é uma questão maior do que a sensibilidade de prefeituras, devendo ser discutida sob vários âmbitos e serem fixadas, a partir disso, às diretrizes de como o design do objeto deve integrar-se a um lugar histórico. Como a questão de forma mais ampla envolve os projetos de requalificação de espaços históricos, a situação do Brasil é bem descrita por Marzulo e Rocca (2016, p.17):

A falta de subsídios técnicos para a fundamentação de projetos é um entrave constante nas administrações públicas, ainda mais evidentes no âmbito municipal de pequenas cidades. A indisponibilidade de recursos para o financiamento dos estudos preliminares, a falta de planejamento e continuidade nos planos de governo e a baixa capacidade técnica dificultam a elaboração de termos de referência completos e detalhados para embasar os processos licitatórios.

Ou seja, o panorama ainda é, em grande parte, da precariedade de iniciativas embasadas em estudos técnicos completos que justifiquem as intervenções

em praças históricas, mesmo que estejam integradas a conjuntos urbanos tombados.

As praças históricas podem contar com diferentes estratos no desenho e nos seus elementos de mobiliário ao longo da sua trajetória. Esses espaços ainda possuem o mobiliário urbano de infraestrutura instalado, que obedece sempre a padronização das concessionárias – com diferentes critérios no design de acordo com a finalidade – e inserem-se sem uma gestão coordenada em um espaço histórico. Disso, resulta a desorganização ou a sensação de caos em muitos desses espaços públicos.

Acrescentam-se, ainda, os problemas na manutenção, que vão desde o jardim e calçamento até a falta de pesquisa documental para a adequada e cuidadosa conservação do mobiliário existente.

Nessa realidade, é essencial que a pesquisa do lugar anteceda a eleição por meio de catálogos disponíveis no mercado de mobiliário urbano fabricado ou ainda que se contrate o seu projeto individual. A pesquisa deverá ser embasada em vários pontos, destacando-se entre eles: os usos e costumes da população usuária; a história e evolução do espaço; a infraestrutura necessária; a existência de arquitetura relevante no entorno; o estudo das visuais e do diálogo que os objetos de mobiliário novos terão com os elementos preexistentes e com o entorno da praça (LAGUNES, 2012; REMESAR, 2005; SILVA, NOGUEIRA, 2012).

Na medida que a eleição do mobiliário urbano em praças em geral e em praças históricas recai usualmente no mobiliário de catálogos, deve-se ainda reconhecer a progressiva homogeneização que essas escolhas podem promover nesses espaços, pois elementos introduzidos em uma determinada praça seriam reconhecidos em outras tantas.

Salientamos que os elementos de mobiliário urbano são facilitadores dos processos de identificação social urbana, questão tratada principalmente pela área da psicologia social, mas também nos campos do *design* e do desenho urbano. A discussão é pertinente na medida que as cidades, em um processo de globalização, contam, para além da informação disseminada, com a reprodução de ações e produtos semelhantes (HALL, 2019). Essa difusão de espaços e produtos tem como consequência a homogeneização dos espaços ao longo do tempo.

Ao mesmo tempo, vemos que a eleição de mobiliário contemporâneo

de catálogo é recorrente em requalificações de praças no Brasil, muitas vezes de modo conveniente e justificado, porém, deve-se reconhecer que traz embutida a homogeneização. Muitas vezes, as discussões recaem no mobiliário urbano já conhecido em outros espaços públicos pelos seus atributos qualitativos, mas também são eleitas as reproduções de mobiliário urbano histórico. O problema do “falso” é bastante conhecido em praças e demais espaços urbanos: trata-se de mobiliário que representa exemplos do passado e procura devolver (ou mesmo aplicar) ao lugar onde está inserido uma imagem de outras épocas. Por vezes, a inspiração para a inserção do falso histórico baseia-se somente na vontade de criar uma imagem romantizada de outros tempos, mesmo que seja possível que nunca tivesse existido mobiliário semelhante no espaço (SILVA; NOGUEIRA, 2012).

Por outro lado, Lagunes (2012) argumenta duramente sobre estandardização e simplificação. Estas seriam consequência da inércia e indiferença, burocrática e profissional, que consideram o mobiliário urbano um problema secundário no qual a eleição para os espaços é resultado de uma opção que se limita a considerar a oferta de mercado local. Com essa limitação, elegem-se os mesmos objetos, empregados sem distinção nas áreas novas e antigas, ou, por vezes, recorre-se ao mobiliário historicista em áreas novas. Lagunes (2003) defende que as controvérsias relacionadas às propostas inovadoras seriam sempre mais saudáveis do que as que se baseiam em posições confortáveis daquilo que já é conhecido. O confortável, neste ponto, diz respeito não só ao referencial de mobiliário urbano dos quais os agentes responsáveis têm conhecimento, mas também ao aspecto do “gosto” e das preferências dos decisores.

A situação baseada na comodidade e no gosto é a que culmina em produzir espaços homogeneizados, pois, para além do mobiliário de infraestrutura que mantém o desenho padrão da concessionária, soma-se o mobiliário de catálogo, ambos inseridos sem critério ou diálogo com o entorno histórico. Assim, na eleição de mobiliário, para além das questões qualitativas dos elementos, seria adequado fazer estudos de compatibilidade entre: as inserções contemporâneas no espaço; o mobiliário preexistente a ser preservado; o entorno imediato e as demais adequações que seriam necessárias para o acesso ao mobiliário. É fundamental contar com a experiência de um profissional especialista na área de mobiliário urbano para a

avaliar o lugar, o orçamento disponível e os impactos da sua manutenção ao longo do tempo (LAGUNES, 2003).

Nos casos de haver a necessidade da projeção de mobiliário urbano, Remesar (2005) coloca que o *design* dos elementos não deve competir por atenção, mas se conformar com as referências formais das ruas e espaços públicos, bem como tratar de reforçar as características específicas de cada centro histórico, por meio tanto da conservação de mobiliário urbano reconhecidamente histórico como da introdução de elementos com *design* contemporâneo.

O mobiliário urbano nos centros históricos deve ser de qualidade, quer pelo desenho e forma dos produtos quer pelos materiais empregados, durabilidade, manutenção e ainda pelo seu papel efetivo nas políticas de sustentabilidade da cidade. Não deve ser imposto tão rigidamente que possa originar a supressão das diversas características identitárias das ruas e espaços públicos (REMESAR, 2005, p. 39).

Nesse sentido, Remesar (2005, p. 45) enfatiza que, em centros históricos e em suas praças, se deve buscar as soluções de projeto que preconizem investimentos cuidadosos, a fim de que se alcance: a manutenção contínua do mobiliário urbano, considerando a qualidade dos materiais e a facilidade de manutenção; uma seleção de materiais e equipamentos com ciclo de vida útil longo, evitando que o espaço seja vítima de “projetos de moda”; versatilidade e multifuncionalidade na concentração de serviços em um só produto; a legibilidade inequívoca do mobiliário.

Para que todos esses pontos sejam contemplados, é necessário que a projeção esteja a cargo de especialistas que alcancem a qualidade do objeto e sua adequada inserção, bem como promova a gestão integrada com o mobiliário de serviços.

Ao tratar do *design* de mobiliário urbano, Creus (1996) coloca que o rigor e a racionalidade devem estar presentes em oposição a personalismos ou iconografias, privilegiando sempre a economia da intervenção. Ou seja, projetar consciente da interferência do design e do objeto como elemento no espaço.

Considerando os aspectos comentados sobre a conservação, a eleição e a projeção, a seguir, trataremos de exemplos de praças históricas do Rio Grande do Sul em que as iniciativas relativas ao mobiliário urbano foram planejadas e seus exemplos podem ser considerados boas práticas.

4 PRAÇA DR. ALCIDES MARQUES E LARGO DAS BANDEIRAS, EM JAGUARÃO, RS

No contexto do Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas do governo federal (PAC Cidades Históricas), foram elaboradas, em 2015, as Diretrizes de Requalificação da Praça Dr. Alcides Marques e Largo das Bandeiras. Esse trabalho envolveu o Iphan/RS, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por meio do Centro de Estudos Internacionais de Governo (CEGOV) e a Prefeitura Municipal de Jaguarão (BRASIL, 2014).

A Praça Dr. Alcides Marques na sua origem foi sítio de depósito de armamentos do Exército, tendo denominações anteriores de Praça da Independência e Praça 13 de Maio. Entre a praça e a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo encontra-se um largo: o Largo das Bandeiras, cujos elementos principais são um pedestal de bandeiras e uma rosa dos ventos elaborada em pedras portuguesas no pavimento. Adjacente e dividida do largo por uma rua está a Praça Dr. Alcides Marques. Esta última corresponde, em suas características, ao desenho das praças ecléticas clássicas cujo traçado geométrico é marcado por caminhos em cruz, ponto focal central e passeio perimetral (ROBBA; MACEDO, 2010). No entorno da praça e largo se alinham significativo conjunto arquitetônico colonial, eclético e *art déco* muito bem preservados. O Centro Histórico de Jaguarão foi tombado em 2011 e os espaços públicos do largo e da praça encontram-se dentro do polígono tombado³ (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010b).

Os trabalhos para a construção de diretrizes para a requalificação envolveram levantamentos, diagnósticos e, por fim, a prospecção de cenários que, em função da situação e das diretrizes formuladas, determinavam as ações de: a) conservar e revisar para bom desempenho; b) modificar; c) remover ou acrescentar elementos de mobilidade urbana, infraestrutura, físicos e transitórios (BRASIL, 2014).

No levantamento, dentre os elementos classificados como “transitórios” e que impactavam internamente e nos passeios da praça, se

3. Processo disponível no Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, Seção Rio de Janeiro, Processo n. 1569 – T-08.

destacavam os *trailers* e quiosques para fins comerciais e de serviços. Os quiosques eram elementos de microarquitetura⁴ (construídos em madeira ou aço) e os *trailers* contavam com forma, cor e estrutura variada e possuíam rodas. Para além de interferir nas visuais do Largo das Bandeiras e Praça Alcides Marques, tanto os quiosques como os *trailers* se instalavam nas vias perimetrais, expandindo toldos sobre os passeios, construindo totens em alvenaria e caixas de esgoto na caixa de rua (Figuras 1 e 2). Ao mesmo tempo, esses *trailers* correspondiam a atividades que dinamizavam fortemente os espaços, atraindo usuários principalmente à noite e incentivando a permanência na praça.

FIGURAS 1 E 2

Trailers e toldos sobre passeio.
Crédito: autora, 2014.



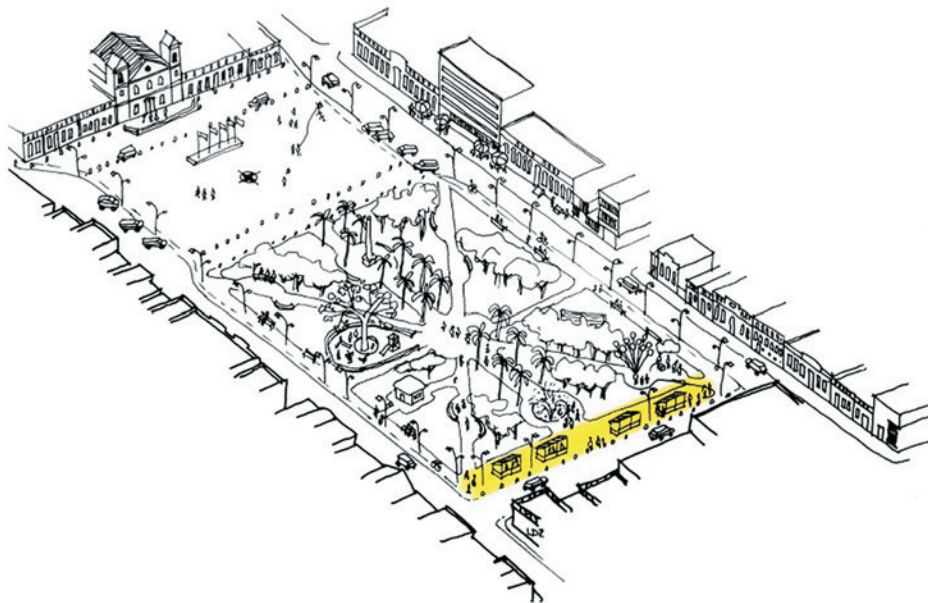
A diretriz, nesse caso, foi proposta no sentido da preservação da atividade, fazendo a realocação em faixa perimetral da praça (Figura 3). Isso traria a modificação do perfil da caixa de rua com nivelamento, privilegiando o pedestre. Foram previstos novos quiosques nesta faixa, que serão objeto de projeto e que contarão com instalações adequadas

4. Josep Serra distingue objetos como quiosques ou elementos de maior dimensão como microarquitetura, destacando-os do termo tradicional de mobiliário urbano para os demais objetos no espaço público (SERRA, 1996).

para suas atividades com linguagem contemporânea. Essa diretriz estabeleceu o zoneamento de maneira a não interferir nas principais visuais internas e externas da praça que, como comentamos antes, conta com importante conjunto histórico tombado no seu entorno imediato. Nesse caso específico, se propôs a projeção de mobiliário urbano segundo princípios de organização e infraestrutura que qualificassem tanto a atividade como o espaço.

FIGURA 3

Croqui da Praça Alcides Marques e Largo com faixa de zoneamento quiosques (grifo nosso). Fonte: Brasil, 2014 (croqui de L. Durán Roca).



Na Praça Alcides Marques também estão implantadas luminárias antigas em ferro fundido: um modelo com fuste único e um segundo modelo, com fuste em duas partes. Esses modelos correspondem a elementos de iluminação remanescentes da década de 1930, segundo imagens de arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (Figuras 4 e 5). Nessa época, as luminárias eram inseridas no passeio e alinhadas junto ao meio fio. Atualmente, estas estão dispersas no interior da praça e a diretriz de requalificação determina a sua conservação e permanência.

Ao mesmo tempo, reconhecendo-se a importância dos passeios perimetrais, foi indicada a instalação de novas luminárias com modelos contemporâneos, cujo desenho integraria a iluminação dos passeios e da via pública em um único elemento (luminárias duplas com lâmpadas em alturas diferentes), e a supressão dos postes de energia prevê o aterramento da fiação (Figura 6).

FIGURA 4

Vista da Praça Alcides Marques e luminárias em 1930. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Arquivo: figura30_praça_alcides.jpg.



FIGURA 5

Luminária antiga no interior da Praça. Crédito: autora, 2014.



FIGURA 6

Croqui perfil passeio com iluminação.
Fonte: Brasil, 2014.
(croqui de L. Durán Roca).



Na experiência da Praça Alcides Marques – que salientamos ser mais ampla do que os dois exemplos de mobiliário comentados neste trabalho –, distinguem-se diferentes diretrizes de ação para dois tipos de mobiliário urbano: o reposicionamento de atividade (lanches e outros) com a projeção do elemento de mobiliário (quiosques), a conservação de elementos históricos preexistentes e a proposição integradora de luminárias contemporâneas, como o caso das luminárias duplas dos passeios e o aterramento da rede. Destaca-se que o trabalho, neste caso, contou com especialistas de várias áreas do conhecimento,⁵ que elaboraram levantamento e pesquisa histórica da praça e do largo como um todo e de seus elementos sob vários aspectos, permitindo assim, uma definição mais embasada às ações para a requalificação.

5 PRAÇA GARIBALDI, EM ANTÔNIO PRADO, RS

O núcleo inicial da atual cidade de Antônio Prado teve origem com assentamentos de imigrantes italianos e por migração interna principalmente do município de Caxias do Sul. A data oficial da fundação da Colônia de Antônio Prado é de 14 de maio de 1886, sendo elevada a município

5. O trabalho de diretrizes de requalificação da Praça Alcides Marques e Largo da Bandeiras contou com equipe multidisciplinar da UFRGS e colaboração de técnicos da Prefeitura Municipal de Jaguarão (BRASIL, 2014).

autônomo de Vacaria em 1899 (ROVEDA, 2005). No início do século XX, a cidade se desenvolveu graças a um próspero comércio e indústria com insumos locais. Contudo, o projeto da principal estrada que ligava o estado com o centro do país – a BR 116 – não se conectou diretamente com Antônio Prado, resultando na estagnação do seu crescimento econômico. Ocorre que seria justamente devido a essa estagnação que alguns autores atribuíram a preservação do Centro Histórico de Antônio Prado, que congrega um conjunto arquitetônico de casas em madeira com tipologia típica da colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul (POSENATO, 1989; LUZ, CESA FILHO, WAQUIL, 1989).

O Centro Histórico de Antônio Prado foi efetivamente tombado em 1987, e as casas de madeira do entorno da Praça Garibaldi foram então reconhecidas como um dos principais conjuntos arquitetônicos da colonização italiana no país.⁶ A Praça Garibaldi integra a poligonal de tombamento, assim como foi o caso da Praça Alcides, comentado antes. Ela tem a conformação de uma quadra regular da malha urbana e, com a Igreja Sagrado Coração de Jesus (1891), forma um conjunto ordenador do traçado (CABRAL, 2012). Conforme salienta Posenato (1989, p. 13), a praça central com a Igreja Matriz era “como foco central da vida, do comércio e da administração urbanas, a partir da qual se sucedem ruas e avenidas paralelas e perpendiculares, definindo quadras regulares”. A fundação da Praça Garibaldi data da década de 1920, tendo sofrido remodelações ao longo dos anos com alterações significativas no seu traçado, perfil topográfico e mobiliário urbano, até o tombamento pelo Iphan, em 1987.

Justamente a partir do tombamento do Centro Histórico e da valorização arquitetônica e cultural, principalmente pela importante educação patrimonial dos seus habitantes, o município de Antônio Prado insere-se como polo turístico cultural da colonização italiana no estado e no país. Os eventos ligados à tradição da colonização, segundo dados da Secretaria de Turismo, tais como a Fenamassa, atraem para o município em torno de 25 mil pessoas.⁷ Esse evento é realizado na Praça Garibaldi e nas vias do entorno

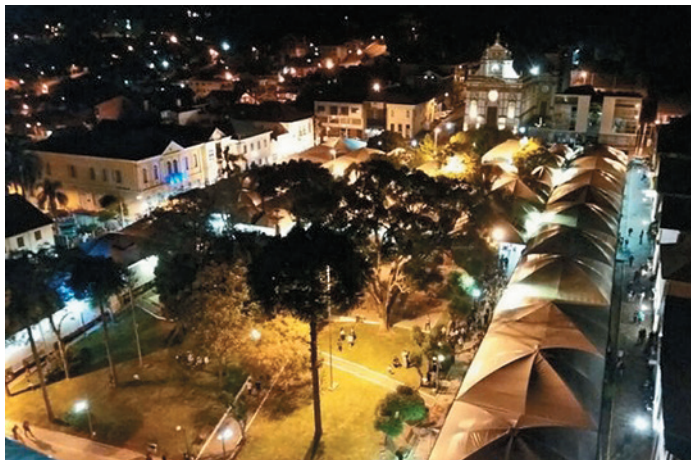
6. Através de processo disponível no Arquivo Central do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, Seção Rio de Janeiro, n. 1248 – T-87.

7. Conforme Planilha de Fluxos de Temporada elaborada pela Secretaria de Turismo de Antônio Prado (PMAP, s/d).

com a instalação de toldos, contêineres e espaços de mesas. O impacto dos eventos sobre a Praça Garibaldi é significativo, pois além dos elementos de mobiliário urbano pré-existentes do espaço, inserem-se outros, que são de grande porte e interferem visualmente no espaço, como toldos e contêineres, com relativo prejuízo ao calçamento, jardim e visuais (Figura 7).

FIGURA 7

Fenamassa 2019 na Pça. Garibaldi.
Fonte: CIC A. Prado. Disponível em: <https://eventos.cicaprado.com.br/eventos/fenamassa-2019>.



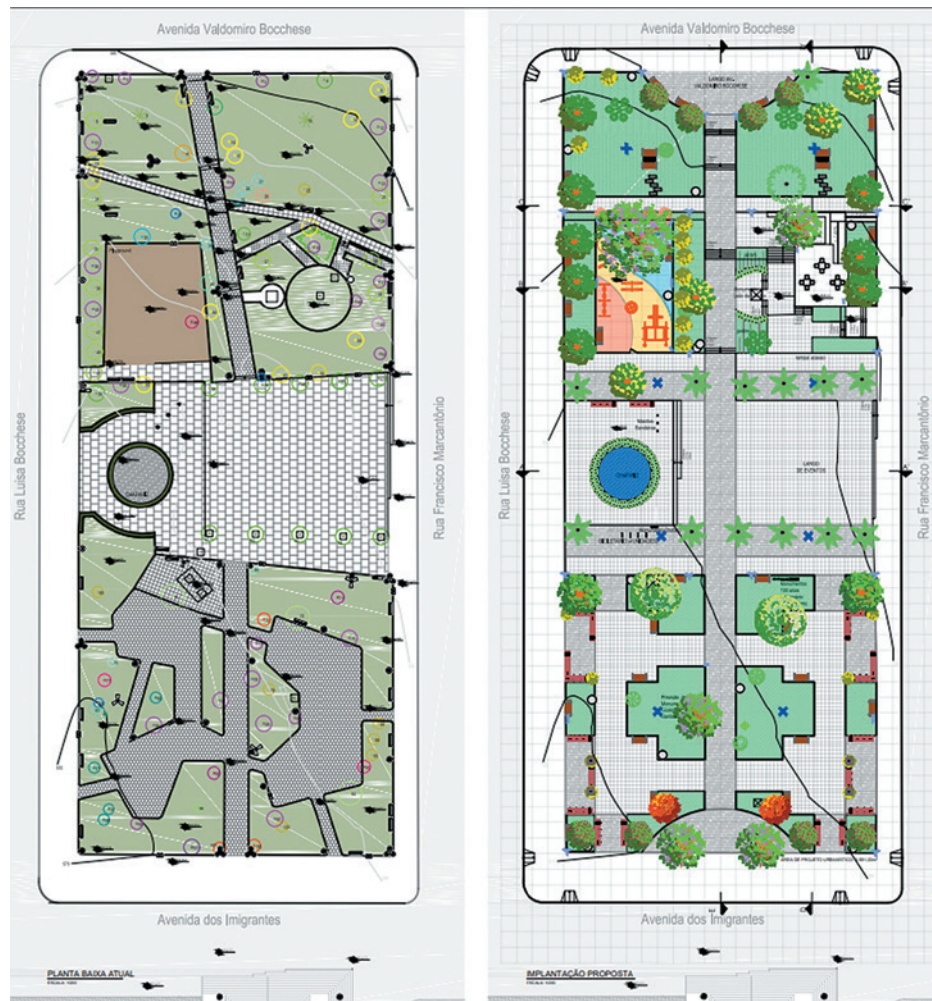
Em 2019, a equipe técnica da prefeitura elaborou um projeto de requalificação para a Praça Garibaldi, objeto de convênio com o Iphan (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2010a). Esse projeto contou com ampla participação da comunidade em consultas públicas, com as aprovações do escritório do Iphan no município e do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural local. O trabalho foi fundamentado a partir do levantamento e da análise da evolução do traçado desde a década de 1920, quando a praça foi instalada. Para o novo projeto de requalificação, manteve os espaços tradicionais para as atividades do dia a dia da praça aumentando o número de elementos de iluminação e de estares. Nas plantas de “antes” e “depois” do projeto de requalificação produzidas por técnicos da prefeitura,⁸ se observa a adoção de maior regularidade no traçado sem,

8. Responsável técnica: Arq. Raquel Carpeggiani Cabral.

no entanto, modificar a distribuição de atividades da estrutura anterior e dos principais elementos (chafariz, Leão de San Marco, *playground*, banheiros) (Figura 8).

FIGURA 8

Configuração da Praça Garibaldi antes do Projeto de Requalificação (esquerda) e depois (direita). Fonte: Prefeitura Municipal de Antônio Prado, 2018.



As novas necessidades relativas ao mobiliário requeridas pela comunidade nas consultas públicas foram: a) novos bancos fixos formando estares; b) modernização do parquinho ou *playground*; c) instalação de mesas para jogos de tabuleiro; d) permanência do chafariz, banheiros e monumento do

Leão de San Marco. A partir disso, para os novos elementos de mobiliário foi elaborado um Memorial Descritivo que possibilitava o projeto de mobiliário conforme especificações técnicas, à semelhança de alguns exemplos fornecidos pelos técnicos (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO, 2017). Contudo, na execução, a prefeitura optou por eleger o mobiliário do catálogo de um fabricante especializado, mas obedecendo às diretrizes do memorial (Figura 9).

FIGURA 9

Bancos de catálogo.
Pça. Garibaldi. Fonte:
Nossas memórias de
A. Prado. Disponível
em: <https://www.facebook.com/groups/242183542487540/search/?q=pra%C3%A7a%20garibaldi%20>



Salientamos que no processo de requalificação da Praça Garibaldi somente o chafariz e o Leão de San Marco foram os elementos de mobiliário urbano efetivamente conservados. O chafariz, posicionado em um largo para eventos, marca uma antiga rua que dividia a praça em duas partes nos seus primeiros anos. Já o Leão de San Marco, que remete em muito

menor escala ao original na Praça de San Marco, em Veneza, Itália, busca fazer referência à memória da imigração, cuja maioria de seus indivíduos provinha da região do Vêneto (Figura 10).

FIGURA 10
Leão de San Marco.
Crédito: autora,
2018.



Observa-se que as questões de origem são valorizadas pela comunidade local dadas pelas comemorações tradicionais na praça e os convênios de *gemellaggio* (cidades-irmãs). Desde propriamente o tombamento do patrimônio arquitetônico em 2010 houve a promoção da educação patrimonial junto à população envolvendo também o patrimônio imaterial local, a exemplo do dialeto *talian*,⁹ de origem imigrante e difundido pela comunidade.

A Praça Garibaldi, como pudemos verificar, apoiou-se em um projeto de requalificação elaborado junto à população e concorreu tanto com a eleição de mobiliário de catálogo definidos por normas como com a conservação de determinados elementos, como o monumento e o chafariz no largo, que são justificados por suas referências históricas e de memória.

9. O *talian* é uma das línguas reconhecidas pelo Iphan como Referência Cultural Brasileira e passou a ser parte do Inventário Nacional da Diversidade linguística (INDL), conforme Decreto 7387/2010.

Ao mesmo tempo, dada a projeção turística do município com suas festividades e, sendo a praça o principal espaço para essas comemorações, verifica-se um conflito ainda não solucionado. Foram previstos alguns pontos de energia no piso que podem ser utilizados em eventos. Contudo, as proporções das instalações provisórias de toldos e contêineres, mesmo que sazonais, são prejudiciais à praça e ao seu mobiliário urbano fixo, bem como interferem nas visuais do seu patrimônio arquitetônico. Esse é um ponto que deve ser repensado também no sentido da conservação dos novos e antigos elementos de mobiliário urbano.

6 CONCLUSÕES

A partir das discussões sobre a conservação, eleição ou projeção do mobiliário urbano, vimos que essas ações estão presentes nas iniciativas de requalificação de praças históricas.

De modo geral, a ausência de legislação ou normas municipais para mobiliário urbano impacta mais profundamente nos sítios históricos nos quais as edificações se tornam a prioridade para a preservação. O mobiliário urbano é considerado problema secundário no contexto das praças, não contando com legislação pertinente. Este quadro acaba por permitir a inserção de elementos homogeneizados de catálogos, do falso histórico ou de opções conforme o gosto de quem toma a decisão.

Nesse sentido, as requalificações de praças históricas devem integrar estudos de mobiliário urbano com o propósito de formulação de diretrizes que regulem as iniciativas. Como vimos, a melhor alternativa nesses projetos é a compatibilidade entre o histórico, o preexistente e o novo, e a consideração desses pontos nas escolhas de conservação, da eleição ou da projeção, dada a singularidade da atividade ou do lugar.

Via de regra, são necessários estudos da evolução do espaço público, de pesquisa documental e da consulta pública junto à comunidade, de maneira a não só construir as decisões de projeto, mas também a elaboração de diretrizes que nortearão o futuro do espaço e seus elementos de mobiliário.

Nos exemplos comentados neste trabalho, vimos duas diferentes abordagens para a requalificação de praças e seu mobiliário urbano, a Praça Dr. Alcides Marques e a Praça Garibaldi, ambas no estado do Rio Grande do Sul.

A Praça Alcides Marques e o Largo das Bandeiras de Jaguarão eram partes do conjunto tombado no município em 2011. Em 2014, por meio das obras do PAC Cidades Históricas, o Iphan, por intermédio do Centro de Estudos de Governo (Cegov) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), formou uma ampla equipe interdisciplinar para a elaboração de diretrizes de requalificação para a Praça Alcides.

O estudo e a formulação dessas diretrizes resultaram em um documento que apresentou um cenário e define as ações que deverão ser implementadas na requalificação. O trabalho, contudo, limitava-se às diretrizes para um projeto, e não ao projeto em si. Essa forma de abordagem possibilita que a prefeitura e a comunidade iniciem a discussão sobre estudos projetuais da praça com claro embasamento no sentido de que já se conhece qual mobiliário urbano deverá ser conservado, como será a inserção de novos itens e das escolhas possíveis para projeto ou eleição.

A Praça Garibaldi, por sua vez foi objeto de projeto por técnicos da prefeitura que procederam com estudos da evolução histórica do local, reuniões com a comunidade e consultas públicas para as definições de mobiliário urbano. Nesse caso, a abordagem foi direta, no sentido da elaboração do projeto. Como vimos, poucos elementos foram conservados e houve a prevalência de novos elementos de mobiliário definidos pela eleição.

No entanto, não foi considerado o conflito na inserção de elementos transitórios nas festas tradicionais, como toldos e contêineres. Dependendo das proporções da ocupação do espaço, ocorre o prejuízo de elementos internos da praça, sendo esse um ponto importante para a conservação da integridade do espaço e do seu mobiliário.

Os aspectos importantes a serem ressaltados nos dois casos são o envolvimento de especialistas, pela ação de pesquisa que deve preceder o projeto, e a participação comunitária, pelo reconhecimento das necessidades locais e do valor de memória do espaço e seu mobiliário urbano.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Centro de Estudos Internacionais Sobre Governo; Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. *Diretrizes para requalificação da Praça Dr. Alcides Marques e do Largo das Bandeiras em Jaguarão*, RS. Porto Alegre, 2014. 3v.

- CABRAL, Raquel C. *Desafios da preservação: o entorno dos bens tombados em Antônio Prado*. 2012. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- CREUS, Marius Q. Espacios, muebles y elementos urbanos. In: SERRA, Josep Maria. *Elementos urbanos: mobiliário y microarquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1996. p. 6-14.
- CURY, Isabell (Org). *Cartas patrimoniais*. 3. ed. Brasília: Iphan, 2000.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Carta dos jardins históricos brasileiros dita Carta de Juiz de Fora*. 2010. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20dos%20Jardins%20Historicos.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2022.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Convênio 752289/2010. Requalificação do Espaço Urbano Público do Centro Histórico, com projeto específico da Praça Garibaldi e Pedreira do Mato da Prefeitura*. 2010a. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/licitacoesConveniosContratos/detalhes/408>. Acesso em: 9 maio 2022.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Dossiê de tombamento do conjunto histórico e paisagístico de Jaguarão*. Coordenação de Simone R. Neutzling. Porto Alegre, 2010b.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Normatização de cidades históricas: orientações para elaboração de diretrizes e normas de preservação para áreas urbanas tombadas*. Brasília, 2010c. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/normatizacao_areas_tombadas_cidades_historicas_2011.pdf. Acesso em: 8 mar. 2022.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES – ICOMOS. *The Florence Charter: Historic Gardens*. 1982. Disponível em: https://www.icomos.org/charters/gardens_e.pdf. Acesso: 4 fev. 2022.
- INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES – ICOMOS. *The Burra Charter*. 2013. Disponível em: <https://australia.icomos.org/publications/burra-charter-practice-notes/#bc>. Acesso em: 2 mar. 2022.
- LAGUNES, Silvia S. *Mobiliário urbano: historia y proyectos*. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2012.
- LAGUNES, Silvia S. *Mobiliário urbano: inserções modernas em locais históricos*. In: 3. ENCORE (Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios), 2003. Lisboa. *Actas [...]*, Lisboa, v. 2, p. 995-1002, maio 2003.
- LUZ, Maturino; CESA FILHO, Paulo; WAQUIL, Jorge. Patrimônio arquitetônico. In: POSENATO, Julio (Org.). *Antônio Prado: cidade histórica*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989. p. 29-56.
- MARZULO, Eber; DURÀN ROCCA, Luisa. *Dos experts à participação cidadã: intervenção urbana de qualificação patrimonial e experiência participativa*. In: *Participação, conflitos e intervenções urbanas: contribuições à Habitat III*. [recurso eletrônico] Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. p. 99-118.

POSENATO, Julio (Org.). *Antônio Prado: cidade histórica*. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. *Memorial descritivo: projeto mobiliário para a Praça Garibaldi de Antônio Prado, RS*. Antonio Prado, RS, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO PRADO. *Projeto urbanístico Praça Garibaldi*. Antônio Prado: SEPLAN, 2018.

REMESAR, Antoni. *Do projecto ao objeto: manual de boas práticas para o desenho do mobiliário urbano nos centros históricos*. Lisboa: Centro Português de Design, 2005.

ROBBA, Fábio; MACEDO, Francisco S. *Praças brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2010.

ROVEDA, Fernando. *Memória e identidade: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional*. Caxias do Sul: Lorigraf, 2005.

SERRA, Josep Maria. *Elementos urbanos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1996.

SILVA, Eder D. da; NOGUEIRA, Adriana D. *Mobiliário urbano em cidades históricas*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2012.

